

1º Seminário Nacional de **Universidade Popular** 2011



Cartilha preparatória

Porto Alegre (RS) - 2, 3 e 4 de SETEMBRO

INDICE

APRESENTAÇÃO: Rumo ao 1º Seminário Nacional de Universidade Popular.....	05
EIXO GERAL: Universidade Popular: objetivos, concepção, terminologia.....	07
EIXOS ESPECÍFICOS:	
1) Ciência e Tecnologia.....	10
2) Autonomia e Democracia.....	12
3) Formação Universitária.....	14
4) Universidade e Sociedade.....	16
FOTOS.....	18

Realização:

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
GTUP – Grupo de Trabalho Universidade Popular
MUP – Movimento por uma Universidade Popular
Levante Popular da Juventude
Juventude LibRe – Liberdade e Revolução
JCA – Juventude Comunista Avançando
UJC – União da Juventude Comunista
CCLCP – Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes
MAS - Movimento Avançando Sindical
Núcleo de Direito à Cidade – USP
PCB - Partido Comunista Brasileiro

Descrição:

Cartilha preparatória ao 1º Seminário Nacional de Universidade Popular. O objetivo dela é orientar as contribuições que serão feitas ao SENUP por coletivos, organizações, movimentos, entidades ou indivíduos, que abordarão a necessidade de construir um projeto estratégico alternativo para disputar a universidade atual, bem como os meios de atingi-lo.

Edição e Diagramação:

Diagramação e textos escritos pelas organizações que realizam o SENUP 2011.
Charges: Maiari Cruz Iasi (páginas 10 e 11), Latuff (12, 13 e 14).
Tiragem: 2.000 exemplares.

Junho de 2011

Rumo ao 1º Seminário Nacional de Universidade Popular!

O debate sobre Universidade Popular ainda é pouco trabalhado pelo movimento universitário, que vem sendo absorvido por disputas que nem sempre acumulam para um horizonte de transformação. Para que possamos construir um projeto estratégico para a transformação da universidade, estamos convocando organizações, coletivos, partidos, movimentos e indivíduos a se somarem na construção do I Seminário Nacional sobre Universidade Popular (SENUP) que ocorrerá nos dias 2, 3 e 4 de Setembro de 2011, na cidade de Porto Alegre. Essa será uma grande oportunidade para potencializarmos e qualificarmos nossa atuação como força progressista na disputa por uma universidade democrática, pública, crítica, criadora e popular.

Embora a luta por uma Universidade Popular permeie a história do movimento universitário e popular, sua concepção vem amadurecendo com o tempo. Nos últimos anos, a questão da formulação de um programa estratégico para a Universidade Brasileira não tem estado no primeiro plano das intervenções da esquerda no âmbito educacional, razão pela qual esse debate tem se restringido a pequenos grupos, sem ainda uma identidade e uma articulação nacional.

A partir da Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba que ocorreu em Junho de 2010 na cidade de Porto Alegre, vários destes grupos debateram a necessidade de construir um Seminário Nacional, a fim de afinar as concepções existentes. Essa articulação resultou na primeira reunião de organização do SENUP, que ocorreu na cidade de Florianópolis em Dezembro de 2010. Após uma análise sobre a universidade hoje, discutimos os objetivos do seminário em si, que são eles:

- 1) *Seminário de massas;*
- 2) *Articular politicamente as entidades, movimentos e organizações políticas que vem debatendo universidade popular;*
- 3) *Articular professores, técnico-administrativos, estudantes, movimentos sociais e trabalhadores na luta pela universidade popular;*
- 4) *Socializar experiências que contribuam para a luta por uma Universidade Popular;*
- 5) *Sistematizar referenciais teóricos para a elaboração de um programa de Universidade Popular e seus meios de implementação.*

Para que o seminário seja produtivo na elaboração política e teórica, sugerimos 5 eixos para serem trabalhados em contribuições escritas:

Eixo Geral:

- 1) Universidade Popular (princípios, concepção, histórico, terminologia)

Eixos Específicos:

- a) Ciência e Tecnologia;
- b) Autonomia e Democracia;
- c) Formação Universitária;
- d) Universidade e Sociedade.



Fizemos ainda uma segunda reunião, em Porto Alegre, nos dias 19 e 20 de Março de 2011. Em torno de quarenta pessoas – entre elas representantes de mais de 20 entidades, das quais 5 executivas e federações de curso, além de organizações políticas e movimentos – estiveram presentes na reunião. Muitos ainda justificaram ausência. A discussão girou em torno deste caderno de preparação do Seminário, análise de conjuntura da universidade brasileira, perspectivas para a construção do Seminário, repasse das tarefas e articulações feitas, bem como visualização de uma primeira proposta de programação para o encontro. Trabalhando sempre com o consenso, os presentes firmaram as linhas gerais de concepção do Seminário, em uma

visão comum da necessidade de articular dialeticamente as discussões e lutas imediatas à construção de um programa estratégico para a universidade brasileira. Entende-se que a construção da estratégia da Universidade Popular está articulada com a construção do movimento que luta por ela a partir de um programa mínimo tático coerente (o êxito desta compreensão é demonstrado pela história) e que, por sua vez, possa contribuir para a reorganização do movimento universitário como um todo.

Convidamos as organizações, entidades, indivíduos a se somarem na construção deste Seminário, seja participando dele em si, das reuniões preparatórias ou em contribuições escritas.

Universidade Popular: objetivos, concepção, terminologia

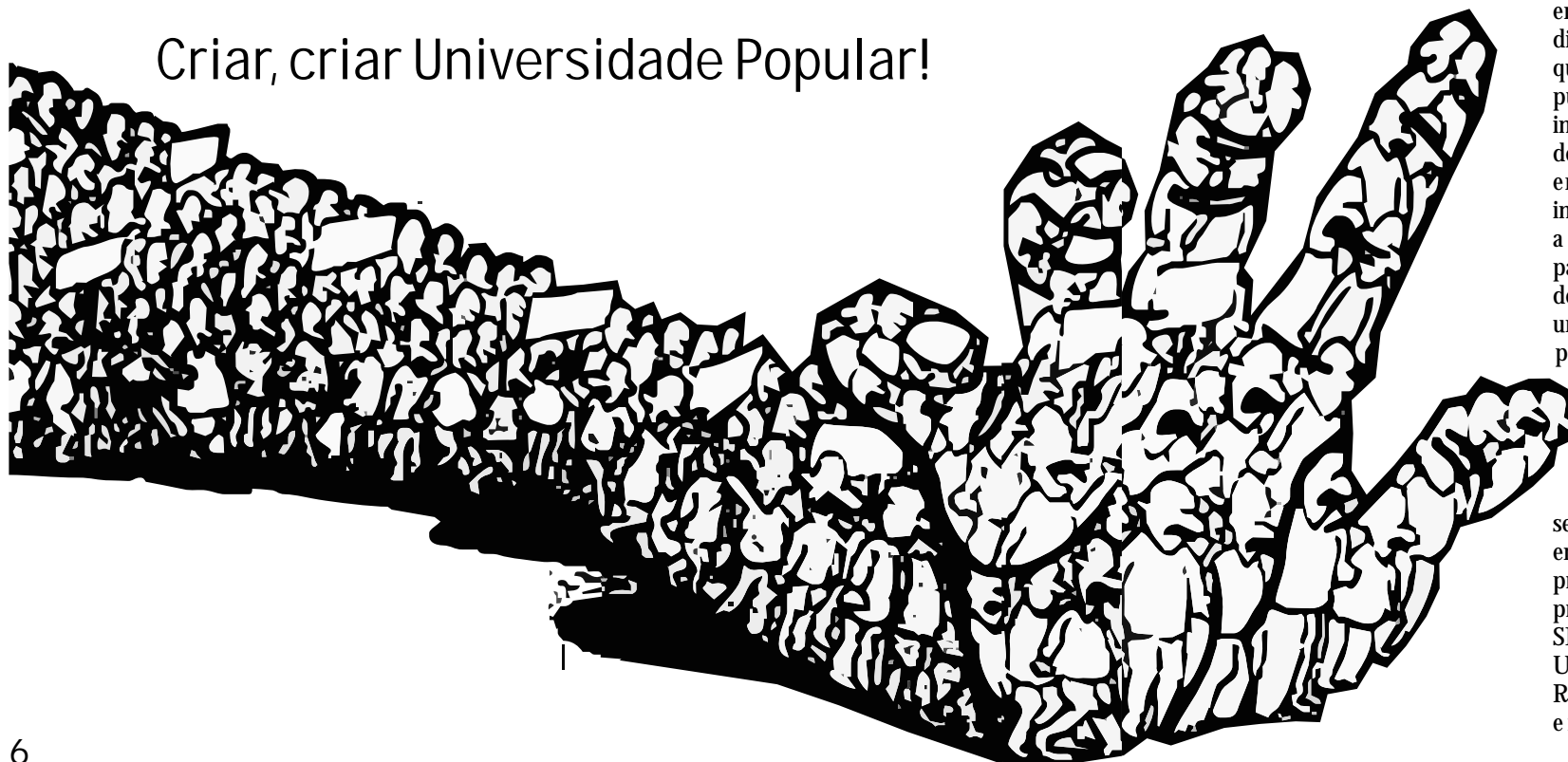
Debater Universidade Popular está longe de ser uma questão secundária, que poderia ser deixada para amanhã ou depois. Da mesma forma, não se trata de uma questão puramente teórica. Debater Universidade Popular significa compreender a necessidade de ligar as tarefas imediatas de nosso movimento com a construção de um projeto de universidade alternativo ao projeto do capital.

Temos, nos últimos tempos, um direcionamento “lento e gradual” das instituições educacionais às necessidades de

acumulação do capital, com uma aceleração na década de 90 e em especial no século XXI. Este direcionamento se manifesta: na reestruturação político-pedagógica da maioria dos currículos dos cursos de graduação, subordinando as iniciativas da universidade às necessidades do mercado, em detrimento das demandas da população; na entrega da estrutura física e de recursos humanos públicos para a produção de ciência e tecnologia de acordo com as necessidades da iniciativa privada, o que compromete a autonomia didático-científica das universidades; uso do dinheiro público para salvar empreendimentos universitário privados; na diminuição dos recursos públicos relativos a quantidade de vagas abertas nas universidades públicas, que aumenta a precarização e intensificação do trabalho, diminui a qualidade de ensino, inviabiliza a manutenção do tripé ensino-pesquisa-extensão voltado aos interesses populares e incentiva as instituições a buscar outras fontes de financiamento paralelas ao Estado; nos poucos mecanismos democráticos que permitam à comunidade universitária interferir nos rumos tomados pelas instituições; etc.

A formalização deste conjunto de medidas tem aparecido em decretos, medidas provisórias, leis recentes que, por seu caráter fragmentado, ofuscam a gravidade do processo pelo qual um direito se converte em mercadoria, e uma autarquia, em tese pública e autônoma, em uma prestadora de tais serviços. Exemplos desses projetos são o decreto das Fundações, o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, a Universidade Aberta do Brasil, o PROUNI, o REUNI, o chamado “Pacote da Autonomia”, e mais recentemente projetos como a lei 7.423,

Criar, criar Universidade Popular!



a MP 520 e a MP 525 que tratam, respectivamente, da relação das universidades com as Fundações “ditas” de Apoio, da gestão dos HU’s e da possibilidade de ampliação dos contratos temporários nas IFES.

Este processo nos leva a reconhecer que o projeto hegemônico para a universidade brasileira é global e dinâmico, e que nossa tarefa de questioná-lo e contrapô-lo exige que trabalhem não somente a partir de ações pontuais e reativas a seus avanços, mas principalmente a partir da formulação de um projeto alternativo igualmente global. O desenvolvimento desse projeto, a que chamamos popular, e sua construção cotidiana na universidade e fora dela são os eixos estruturantes de nosso seminário. É necessário, por isso, situar em que patamar se encontra a construção desse projeto popular para a universidade.

Antes de mais nada, a educação não é determinada somente pelas instituições formais (escolas, universidades, escolas técnicas etc). Estas são uma parte importante na totalidade dos processos educacionais, mas somente uma parte. A universidade, então, é apenas uma parte da parte. Temos, assim, a seguinte equação:

1) temos os processos educacionais como um todo. Falamos de um sistema de *internalização* de valores, hábitos, princípios morais e éticos da sociedade vigente, especialmente de sua classe dominante. Isto significa que estamos falando de indivíduos sociais que, mesmo não tendo qualquer nível de escolaridade, também são educados pela sociedade e levados a assumir seu ponto de vista de forma “natural”. O egoísmo, o individualismo, que se afirmam na tendência a resolver problemas sociais de forma privada, a desumanização, indiferença em relação à barbárie social e o sofrimento humano são apenas exemplos de como a sociedade nos educa a aceitar um modo de vida social tão absurdo, e isto

independe da escolaridade;

2) e temos as instituições educacionais. Aí, os indivíduos sociais já são induzidos a uma *aceitação ativa* das normas sociais pré-estabelecidas. Tanto mais ativa será esta aceitação, quanto mais elevado o nível de complexidade de que estamos falando. Na universidade, chegamos ao entendimento da gênese abstrata de conceitos e teorias que asseguram a legitimação e a reprodução da ordem vigente.

A mediação entre os dois pontos acima já nos leva a outro elemento necessário para balizar as contribuições que serão feitas para o Seminário Nacional sobre Universidade Popular: a luta por uma universidade popular se insere dentro da luta social em geral, o que faz com que as universidades não possam ser transformadas de forma permanente por si só, assim como elas, por si só, não podem empreender uma alternativa emancipadora radical. No entanto, isso tampouco nos leva a dizer que a universidade é um “caso perdido”, pois, sendo ela uma manifestação de toda a estrutura social e de seu processo educativo, isso significaria abdicar da possibilidade de qualquer transformação social, dentro ou fora da universidade. Pelo contrário, devemos reconhecer essa instituição como um “caso em disputa”, como parte do processo mais amplo de disputa ideológica e material da sociedade. Se as universidades exercem um papel crucial para a reprodução da ordem vigente, também exercem para a resistência e para proposição alternativa, a partir de uma disputa “de dentro para fora” e “de fora para dentro”.

Outra questão fundamental diz respeito à orientação programática para a ciência. A difusão de uma ideologia tecnocrática criou a ilusão de que a solução dos problemas da humanidade viria exclusivamente por meio do avanço da ciência e da tecnologia produtiva. Esta ilusão surge da orientação ideológica que atua no sentido de desviar o foco de interven-

ção humana do plano da estrutura social de classes. O ofuscamento, ou completa exclusão da dimensão social, leva a uma orientação da problemática social ao âmbito da “gestão” e da “responsabilidade individual”, inclusive a administração ganha um caráter “científico” e, por assim dizer, “neutro” e “autojustificado”. Na verdade, a própria expansão produtiva por meio da ciência é inseparável da conformidade ideológica com certos parâmetros de “avanço social” impostos justamente por quem se beneficia deles. Por isso mesmo, no campo da luta pela universidade popular, nos interessa a ligação entre o conhecimento produzido e transmitido nas instituições de ensino superior com os interesses e as necessidades das massas populares e dos trabalhadores. Assim, um dos papéis fundamentais da luta pela universidade popular é revitalizar o papel intelectual crítico e criador dentro da universidade atual, rompendo com os parâmetros da educação que tem o mercado como condição e o lucro como fim.

Deve ser também um dos objetivos do Seminário Nacional e das contribuições feitas resgatar o histórico da luta pela Universidade Popular. O movimento universitário e a sociedade brasileira há um bom tempo debate este tema e é possível ver um amadurecimento da concepção em questão. Sistematizar essas contribuições e fazê-las avançar vem a ser um dos papéis de nosso seminário. Além disso, há diversas experiências em outros países com que precisamos nos familiarizar, pois, reconhecidas as especificidades de cada contexto, elas podem contribuir para nossa construção de projeto.

Por último, é fundamental refletir: por que “universidade popular”? Não nos interessa discutir a terminologia por si mesma. Florestan Fernandes colocava que em uma sociedade de classes não existem “simples palavras”. Ele dizia que “se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se

apossar primeiro de certas palavras-chave (...). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas” (Florestan Fernandes, “O que é Revolução?”, em *Teoria da Organização Política II*. Ademar Bogo (org) São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 354 e 355). Na realidade brasileira, é fundamental a resignificação que ganha a palavra povo. Em um país onde a revolução burguesa ocorreu de cima para baixo, divorciada de uma revolução nacional e democrática, combinando autocracia e dependência com uma modernização conservadora e uma democracia restrita e para as elites, as alternativas populares se divorciaram completamente do bloco de poder dominante, que se tornaram antagonônicos entre si. É nesse bojo que se encontram lutas fundamentais de nosso povo, como pela reforma agrária, reforma urbana, pela estatização de empresas estratégicas, etc. A luta pela Universidade Popular, então, se liga a um conjunto de tarefas imediatas da luta “dentro da ordem”, de abertura de espaço democrático e conquista de hegemonia popular e que, ganhando vitalidade enquanto movimento, deverá caminhar para uma luta “contra a ordem”. Dessa forma, o debate em torno de uma Universidade Popular se revela muito mais do que uma oposição às “reformas” universitárias atuais, visto que se insere na reflexão ativa sobre um outro projeto de sociedade, a ser protagonizado por todos setores explorados e oprimidos pela sociabilidade vigente.

Todo esse debate acerca de concepção, histórico, terminologia, objetivos, são fundamentais para construir no SENUP 2011 um entendimento mínimo comum que possa caminhar junto e contribuir com o processo de reorganização do movimento universitário em nosso país. São questões sugeridas para serem desenvolvidas e debatidas na construção, durante e após o Seminário.

1. Ciência e Tecnologia

A universidade vem se transformando profundamente com sua associação ao setor produtivo. Esse é um processo que se inicia na fase de industrialização brasileira, se desenvolve com o advento do capitalismo monopolista no Brasil, fase na qual também se consolida. Antes, a academia era uma instituição pequena e auto-referenciada, voltada à formação de profissionais liberais e de quadros para a burocracia estatal. A produção, por sua vez, era desenvolvida pelo senso prático de alguns indivíduos, pela intuição e pelo empirismo. A organização do saber tecno-científico e sua associação à produção gerou um processo inesgotável de renovação e transformação da base material da sociedade, no que se convencionou chamar de sociedade industrial. A universidade cumpriu um papel decisivo nesse processo, e, para isso, colocou-se a serviço da inovação tecnológica. Nas faculdades e

universidades nas sociedades pré-capitalistas, o conhecimento era restrito pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Após a industrialização, o conhecimento passou a ser restrito por direitos de propriedade intelectual e tornou-se altamente cobiçado por ser instrumental e necessário no processo reprodutivo do capital e de expansão do mercado.

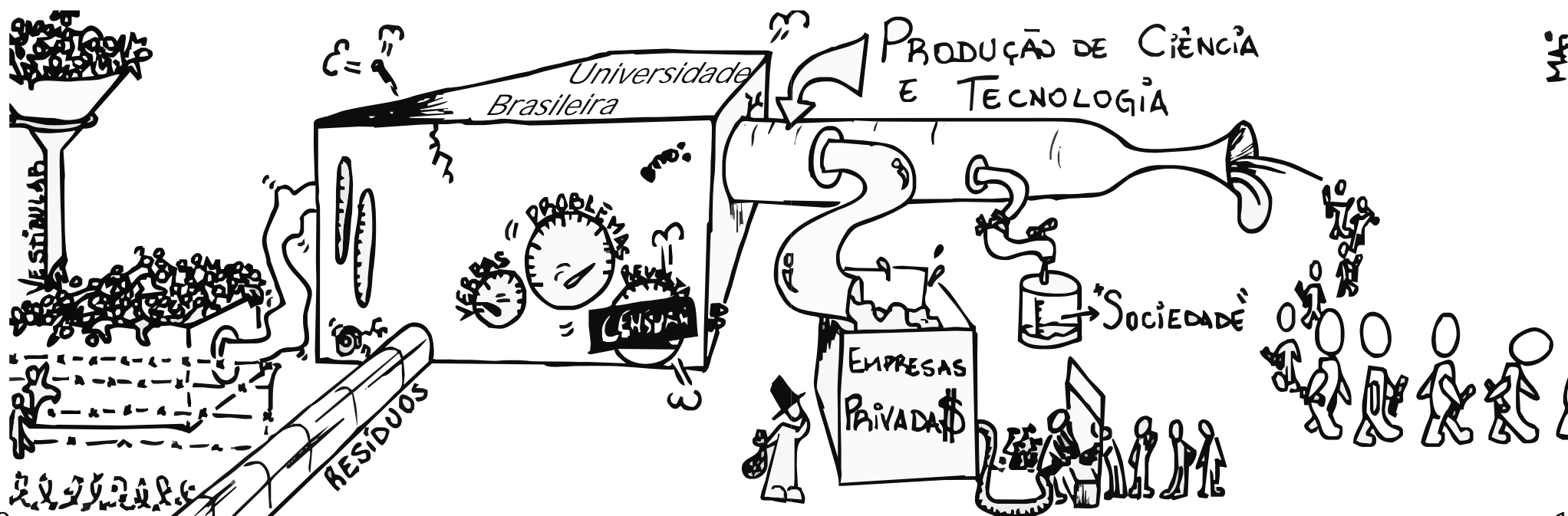
Com o desenvolvimento capitalista, o conhecimento se tornou muito dinâmico. Os países centrais colocaram a produção de conhecimento (e, assim, as universidades) como pilares de seu projeto de desenvolvimento, criando e aprofundando uma estratificação internacional de conhecimento. Nesse novo cenário, as elites passaram a respaldar sua condição de elite não só na riqueza ou no Estado, mas também em uma pretensa superioridade intelectual. A universidade, controlada por esse segmento social, passou a

ser o núcleo de certificação do conhecimento válido, o que serviu para deslegitimar saberes populares, indígenas, orais, religiosos e comunitários. Ao mesmo tempo em que consolidava o cânone científico como hegemônico, a universidade pôs a ciência e a tecnologia como mecanismos de acumulação privada de riqueza e reprodução da ordem existente. Ela não só se voltou à criação de novos direitos de propriedade intelectual, mas também forjou um ambiente ideológico que legitima essa como sua função única e ideal.

Dessa forma, a produção de conhecimento revela a universidade como uma instituição social e ideologicamente conservadora. Por trás das inovações, dos títulos e das patentes, revela-se o profundo comprometimento com o mundo atual e a silenciosa renúncia em transformá-lo. Sendo assim, a reflexão sobre ciência e tecnologia se pauta

por esse desafio: é possível um conhecimento crítico e emancipatório?

Para fomentar o debate, vale mencionar alguns pontos básicos: quais são os caminhos da produção científica nas universidades? Qual tem sido a relação entre quem financia a pesquisa e quem se beneficia dela? O financiamento público não é sinônimo de apropriação pública do conhecimento; nesse sentido, há que se discutir mecanismos efetivos de apropriação social, e inclusive sua viabilidade sob o sistema vigente. Contudo, a ciência e tecnologia construíram para si um estatuto de conhecimento válido que esteriliza certas iniciativas de empoderamento popular; assim, a reversão dessa tendência é possível e desejável? É a própria universidade que deve destronar essa hegemonia? Uma universidade de múltiplos saberes ainda é uma universidade?



2. Autonomia e Democracia

A luta por uma Universidade Popular terá o grande desafio de construir as mediações democráticas para a organização coletiva de nosso povo na gerência do trabalho social produzido no espaço universitário. Para tanto, os mesmos produtores do trabalho social (e da ciência) devem ter autonomia sobre seu trabalho, não sendo determinados por outra força (o lucro, por exemplo).

Hoje encontramos as universidades com poucos espaços abertos para a discussão, para a interferência dos setores progressistas da sociedade como um todo, para a livre escolha de dirigentes pela comunidade universitária e para o exercício da transparência democrática nos processos de construção de planos políticos pedagógicos bem como nas definições sobre a pesquisa e a extensão, entre outros. Nessas condições, é praticamente impossível avançar em um projeto estratégico que garanta esses dois eixos propostos – autonomia e democracia.

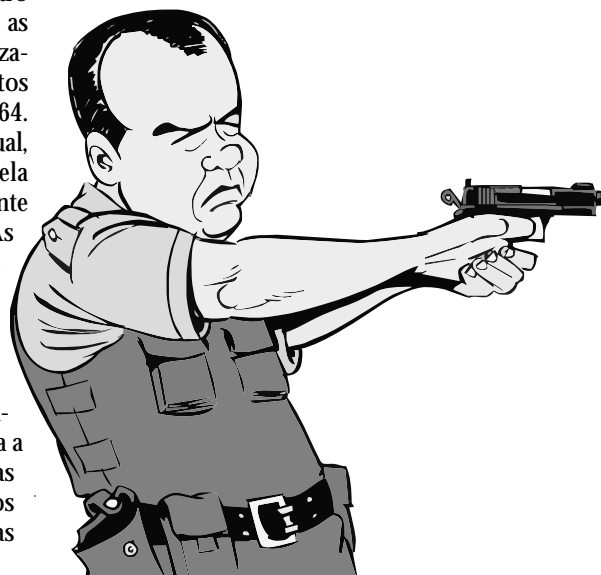
No Brasil, a universidade é criada dentro da ordem burguesa e desenvolve-se com as transformações requeridas pela “modernização conservadora”, que extirpa os elementos progressistas na ditadura civil militar de 1964. Com a redemocratização “lenta, gradual, segura e consentida” referendada pela Constituição de 1988, é permanentemente requerida pela lógica de mercado. As reformas do período FHC-Lula fortaleceram o setor privado de ensino superior, bem como a penetração de empresas privadas nas universidades públicas

É evidente que o movimento universitário tem ficado na defensiva: na luta contra a “Reforma Universitária” (PL 7200/06) e suas medidas “fatiadas” implantadas nos últimos anos. Em todos os casos, além das muitas

difficultades de apresentarmos e reivindicarmos os nossos projetos por uma universidade crítica, criadora e popular, temos que reconhecer que fomos implacavelmente derrotados. A ausência de democracia interna e autonomia de gestão universitária foram constantes nesse período.

Se aprovar toda uma contra-reforma universitária de uma só vez no primeiro governo de Lula poderia gerar mais problemas, o recurso às medidas provisórias, decretos e aprovação de leis, sem o necessário debate nas universidades, foi implantado. Projetos do início do Governo Lula já estão consolidados. E notem que a proposta mais avançada da dita “reforma” – o fim da escolha dos reitores pelo presidente da república (lista triplíce) inserindo eleições diretas e não mais “consultas públicas” – não só ficou na promessa como parece já estar esquecida.

Em vários momentos os conselhos decisórios, mesmo com a vantagem numérica de dirigentes indicados, foram palcos de



“referendando” das políticas governamentais para as universidades. Foi assim na *aceitação* do programa do REUNI (em todas as universidades), firmada com força policial e deslocamento das reuniões previamente indicadas para locais mais afastados; na tentativa de aprovação no Conselho Universitário da UFRGS de um Parque Tecnológico, sem consulta a comunidade universitária; na invasão ao campus da USP pela Polícia Militar para conter os movimentos que lutavam contra os projetos privatistas de Serra; e nos inúmeros processos com expulsões e multas a estudantes que ocuparam, protestaram e reivindicaram os seus direitos nos últimos 8 anos. Ou seja, a Autonomia que o Estado garante às universidades é apenas para a captação de recursos junto à iniciativa privada e cobrança de “serviços” (taxas e mensalidades), privatizando o destino e a função do conhecimento produzido.

Diante desse quadro conjuntural (descenso das lutas e ascenso de medidas

autocráticas), necessitamos incorporar essa temática nas análises sobre os rumos dos embates de um movimento que lute por uma Universidade Popular. Muitas das reivindicações pontuais dessa temática serão fundamentos para uma Universidade Popular, pois indicam as possibilidades democráticas e progressistas da inserção de movimentos sociais ignorados pela universidade.

Para tanto, levantamos sub-temas que podem indicar contribuições valiosas para o movimento universitário:

A disputa de “dentro pra fora” e de “fora pra dentro” da universidade (no processo de transição): “romper os muros” e inserir movimentos sociais, populares, sindicais e demais estudantes no contexto geral da disputa pelos rumos da universidade brasileira. Em que medida podemos fazer isso, com quem podemos contar, quais as potencialidades e necessidades dessa tática?

Luta por democracia interna: voto universal, ou proporcionalidade, para escolha de dirigentes? Paridade entre as categorias, nos conselhos deliberativos? Utilização do recurso das assembleias gerais, para debate e decisão de políticas gerais? Fim da lista triplíce? Inserir o debate das políticas pelo projeto e programa, ou pela meritocracia? Qual o conteúdo e a forma dessa democracia?

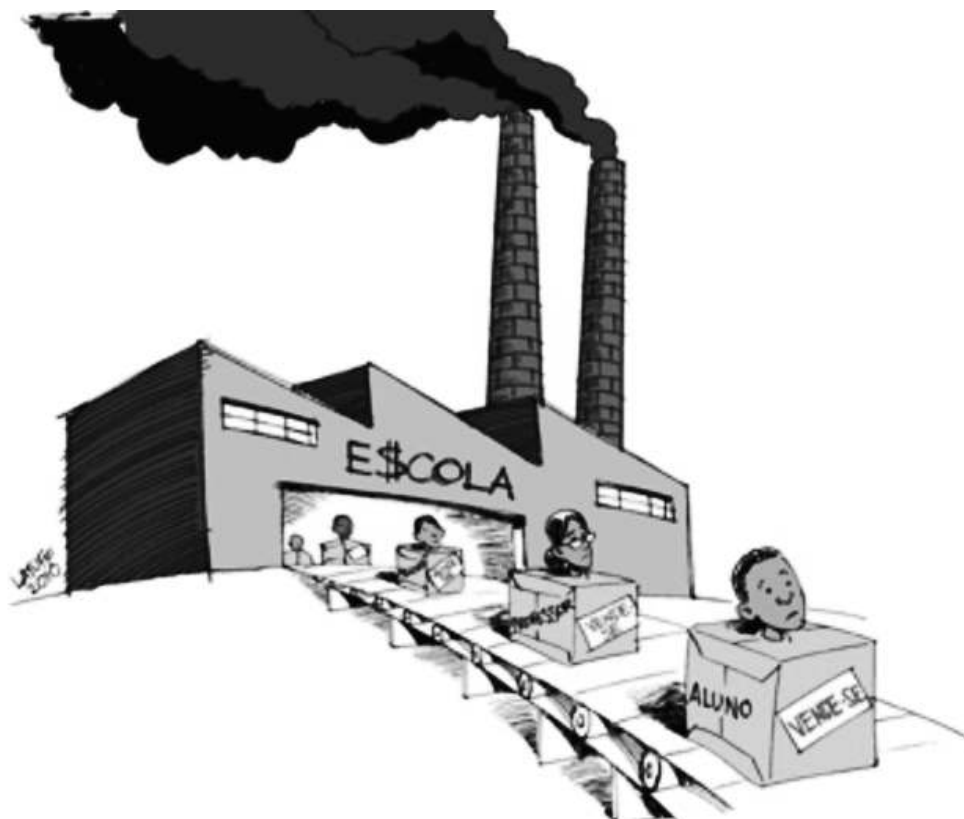
Autonomia Universitária: Autonomia de gestão financeira ou autonomia financeira (financiamento privado)? Autonomia didático-científica, a serviço das causas populares: de que forma? Como reverter à tendência a privatização do conhecimento e da universidade?

3. Formação Universitária

Em uma compreensão mais ampla, nossa formação enquanto seres humanos abrange todos os espaços de nossa vida em sociedade. Em uma sociedade onde a lógica do capital hegemoniza a produção e a reprodução da vida social, as instituições educacionais e culturais bem como, os meios de comunicação seguem em sua maioria os ditames desta lógica, que necessitam garantir o consenso de que os interesses de acumulação das classes dominantes são interesses gerais de toda a sociedade.

No contexto universitário, este enquadramento fica cada vez mais explícito com a crescente dissociação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a busca por submeter estes elementos da formação à lógica privada. Conforme a universidade orienta-se para o mercado, limita cada vez mais o protagonismo e a autonomia da comunidade universitária para a construção de um processo de formação criador e voltado para as necessidades humanas.

Nas universidades particulares e centros de ensino superior privados, a busca



pelo perfil mais adequado ao mercado se tornou uma obsessão, criando uma subserviência quase religiosa em relação dos designios e vontades do mercado, na busca por “qualificar” a mão-de-obra. Muitos professores de universidades públicas e privadas utilizam a expressão “mercado” para se referir ao que espera o estudante do lado de fora da universidade. Soma-se a essa lógica a massificação de bacharelados “genéricos” com salas superlotadas e a expansão do ensino à distância puro ou mesclado com ensino presencial.

A fragmentação do conhecimento evidencia-se quando vemos cursos de exatas e/ou tecnológicos com uma lógica bastante tecnicista, onde a intervenção na realidade deve limitar-se a execução e reprodução do que já veio pronto “de cima”, e nos cursos de humanas, uma tendência ao crescimento de um tipo de formação “academicista”, individual e desconexa de uma inter-relação com os anseios de transformação da realidade. A separação entre “bacharelados” e “licenciaturas” também fortalece essa lógica de fragmentação do conhecimento e adequação à lógica do mercado. Tudo isso força, nos diferentes campos de aprendizado, a legitimação material e ideológica do poder dominante.

No entanto, a tendência de privatização e precarização do saber não se impõem de maneira absoluta, pois sempre encontra resistência nos setores mais avançados da comunidade universitária que defendem o caráter público e democrático do ensino e a necessidade de um conhecimento crítico e criador.

A construção de uma formação oposta à lógica dominante exige não só o apetite pelo conhecimento, mas também a ânsia por transformação, colocando o conhecimento

como um bem social e coletivo e não uma aquisição individual, fazendo com que o aprender, o fazer e o ensinar sejam partes inseparáveis de um todo.

No debate da formação, esperamos que este seminário possa aportar perspectivas críticas e criadoras, relatos e reflexões sobre a dinâmica de sala de aula, os currículos, os estágios e a docência, todos eles instigados pela certeza de que a formação pode ser mais ampla, mais participativa, mais coletiva e socialmente referenciada.

4. Universidade e Sociedade

A universidade brasileira, desde a sua implementação, vem cumprindo um papel importante na sociedade, configurando-se no espaço de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Só que para tal análise da universidade, necessitamos também analisá-la em sua dinâmica complexa com a sociedade. Para tanto, a ciência e tecnologia e suas aplicações práticas dependem, de modo decisivo, do regime social, das forças que dominam essa determinada sociedade, dos interesses a que o desenvolvimento social está subordinado: em síntese, ao regime de classes em permanente luta. Mas também, assim como os antagonismos existentes na sociedade, a universidade também assim se revela.

Um dos fatores importantes para apreender esses antagonismos, é a verificação da origem social dos jovens que conseguem entrar na universidade. No início as universidades eram claramente restritivas para os jovens das classes subalternas (até porque os mesmos eram restritos a qualquer nível de educação pública). E hoje que temos conquistas históricas do movimento universitário, como os direitos estudantis de permanência e as cotas de acesso, será que realmente fora conquistada a universalização desse acesso a universidade? A necessidade de processos seletivos e as dificuldades da carestia crescente nos setores subalternos não nos revelam certos limites das determinações do regime social à permanência?

Devidamente armados com as bandeiras históricas do Movimento Universitário, os últimos governos provocaram algumas mudanças estruturais e políticas que poderiam iludir os mais desavisados. O REUNI enquanto cartada do projeto total da

contra-reforma universitária trouxe a tona a “requerida” expansão das vagas nas universidades públicas e a mudança dos padrões pedagógicos. Eivada das condições atuais de desenvolvimento do capitalismo, trouxe fragmentação quando prometia “grandes áreas”, precarização e sucateamento das vagas pela ausência de investimento quando prometia expansão. Além disso, trouxe diferenciação e desigualdades evidentes com a perspectiva de centros de ensino e centros de excelência. Diante disso, a grande interrogação desse eixo: o que essas políticas aproximam e o que elas afastam da perspectiva de uma universidade popular?

No plano ideológico a universidade é reflexo de uma sociedade individualista e competitiva, moldada a partir dos interesses dominantes, oriundos hegemonicamente dos países centrais. Para tanto, as lutas sociais emancipatórias necessitam cada vez mais de uma unidade histórica para propor alternativas à essa visão hegemônica.

Da universidade, temos as categorias dos técnicos, professores, e estudantes constituindo o Movimento Universitário. Aliado a esses, a necessidade de todos os movimentos sociais das classes trabalhadoras de disputar o espaço da universidade. Já que, em muitos movimentos sociais (do campo e da cidade) existentes, pauta-se a transformação da sociedade, o povo deverá estar preparado para superar tudo que foi imposto pelo sistema capitalista: desde as relações de produção na sociedade até a produção de ciência e tecnologia (orientada assim, por outro ideal, outra lógica de construção de todo o conhecimento) que são pontos que estão intimamente ligados – a produção de tecnologia está orientada também pela forma de exploração dos meios de produção e da

força de trabalho disponível.

Temos consenso entre os que lutam pela universidade popular da necessidade da formação dessa unidade histórica pela disputa do espaço universitário. Então, indagamos: como, de que forma e com quem?

A universidade não mudará somente de dentro para fora e nem somente de fora pra dentro devido à forte influência do sistema vigente da sociedade (o mesmo que cria esse muro funcional). Emancipar a produção de ciência e tecnologia, alterando essa ideologia segregadora é o grande desafio. As experiências no campo da pesquisa emancipadora (geralmente ligada aos movimentos sociais mais fortes), na extensão (como canal de formulação e ligação com as demandas populares) e no ensino que busque construir conhecimento crítico, são as expressões mais presentes de ações locais e singulares de uma idealizada universidade popular. Nesse eixo do SENUP teremos muitas contribuições

essenciais: como superar a fragmentação das ações universitárias do tripé, integrando todas e pensando nela como a totalidade de um mesmo ser? E em que cada uma, não deixando de fazer as ligações, podem contribuir para essa totalidade?

Na busca por uma universidade pública, de qualidade, democrática, crítica, criadora e popular, vê-se um caminho estratégico que aponta um horizonte de transformação, não só da universidade, mas de toda a sociedade.



FOTOS



Reunião Preparatória do SENUP 2011:
Florianópolis, 4 e 5 de Dezembro de 2010



Reunião Preparatória do SENUP 2011:
Porto Alegre, 19 e 20 de Março de 2011

senup2011@gmail.com
senup2011.blogspot.com